

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.685.450 - DF (2017/0185727-5)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : RUDOLF SCHAITL - TO000163
MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - DF035879
AGRAVADO : ELIAS JOSE DE ARAUJO
AGRAVADO : OSVALDA MARGARIDA FONTES CHAGAS DE OLIVEIRA BUENO
AGRAVADO : JORGE ARTUR FONTES CHAGAS DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JANIO CARLOS FERREIRA DE ARAUJO
AGRAVADO : JOSE LUCIO PINHEIRO
AGRAVADO : LILIA MARIA DE ALCANTARA E FRANCA
AGRAVADO : MARCIO DE ALMEIDA VALLE
AGRAVADO : MARIA NEUZA ANTUNES
AGRAVADO : SEBASTIÃO BORGES TAQUARY
AGRAVADO : SEBASTIAO DA SILVA AZEVEDO
AGRAVADO : WALDO DE ARAUJO MEIRELES
ADVOGADOS : FERNANDO JOSÉ FEROLDI GONÇALVES - DF032246
NARDENN SOUZA PORTO - DF046226

EMENTA

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 6.899/81. AFASTAMENTO DO IRP. ADOÇÃO DO INPC.

1. De acordo com o entendimento desta Corte, a correção monetária do débito judicial não deverá ser feita em consonância com o contrato primitivo e sim, com o preconizado pela Lei n. 6.899/91, tendo como base índice que melhor reflita a desvalorização da moeda. Precedentes.
2. Em consonância com a jurisprudência do STJ, para a correção monetária dos débitos judiciais, a partir de julho de 1995, é mais adequada a utilização do INPC. Precedentes.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator